

O projeto de criação do Instituto Internacional da Hiléia Amazônica e as Ciências Sociais no contexto do Desenvolvimento

59

MARCOS CHOR MAIO
NEMUEL DA SILVA OLIVEIRA

INTRODUÇÃO

Em entrevista concedida ao jornal espanhol *El País*, em 13 de setembro de 2009, a ex-ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, afirmou que “a Amazônia não é um santuário inviolável”. Com esta máxima, a senadora do Partido Verde reiterava sua preocupação em unir a preservação do ambiente ao desenvolvimento econômico da região. A discussão em torno da exploração da Amazônia, no entanto, não é um privilégio dos tempos atuais, tampouco uma questão exclusivamente brasileira. Com frequência está presente nos debates acerca do desenvolvimento da região amazônica oscilando entre uma perspectiva modernizadora e uma concepção da hiléia como patrimônio natural da humanidade.

Na década de 1940, o Brasil viveu um importante capítulo dessa discussão, com o surgimento do projeto de criação de um órgão científico na Amazônia: o Instituto Internacional da Hiléia Amazônica (IIHA). Sob o patrocínio da Organização das Nações Unidas Para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), que congregou diversos países com interesses na região, este projeto visava explorar as riquezas naturais da Amazônia, fortalecer a comunidade científica mediante produção de conhecimento e através da promoção do desenvolvimento dos países chamados periféricos.

Aliadas ao interesse em pesquisas na área de ciências naturais, como a química e a biologia, as ciências sociais estiveram presentes neste plano a partir de pesquisas etnográficas. Destacamos neste artigo a pesquisa realizada no final dos anos 1940 pelo antropólogo norte-americano Charles Wagley em Gurupá, na Amazônia brasileira, enquanto parte das atividades que giraram em torno do projeto do IIHA.

O INSTITUTO INTERNACIONAL DA HILÉIA AMAZÔNICA E O DESENVOLVIMENTO

O projeto de criação do Instituto Internacional da Hiléia Amazônica (IIHA) foi apresentado à Unesco em 1946 pelo cientista brasileiro Paulo Estevão de Berredo Carneiro. Sua experiência profissional em pesquisa e ensino no campo da engenharia química, com resultados alcançados para a medicina e a saúde pública, levou-o a obter prestígio na comunidade científica, participando inclusive das atividades de estruturação da Unesco (Maio, 2004). A proposta inicial do IIHA previa a realização de pesquisas nas áreas da botânica, química, zoologia, geologia, além de estudos etnográficos, no intuito de promover a preservação e a integração cultural da região amazônica (Maio e Sá, 2000, p. 981).

A concepção do projeto estava em sintonia com a idéia dominante no pós-guerra de que os países desenvolvidos teriam a “missão” de levar o progresso aos países do chamado “terceiro mundo” (Escobar, 1996). A ciência assumia então papel social relevante como instrumento de civilização e de desenvolvimento econômico. Os cientistas, que haviam sido acionados como agentes estratégicos em tempos de guerra, tinham agora o papel de colaborar em termos técnicos e científicos com a promoção da paz mundial e da superação do atraso dos países subdesenvolvidos (Maio e Sá, 2000, p. 985).

A Amazônia já tinha sido alvo de interesses internacionais e campo de investigação de vários cientistas, em diversas áreas, especialmente durante a Segunda Grande Guerra. Neste período, os principais interessados na exploração das riquezas naturais da região eram os Estados Unidos, em razão da abundância da borracha. O fim do conflito não cessou de produzir imagens afeitas à crença de que a Amazônia seria alvo da “cobiça internacional”, expressão cunhada pelos nacionalistas, que traduzia a preocupação de setores militares, dotados de uma visão mais restrita de soberania nacional. Para esses, o projeto do IIHA representava um manto protetor dos interesses imperialistas na região, perspectiva distinta dos militares desenvolvimentistas, simpáti-

cos ao plano da Unesco. As controvérsias em torno da internacionalização da Amazônia, no Brasil, foram marcadas fundamentalmente em torno dessa questão, dividindo opiniões entre interesses nacionais e estrangeiros. O debate também incorporou à pauta a discussão sobre os parâmetros a serem seguidos na exploração econômica da região, uma vez que o Brasil vivia um momento de expansão industrial fomentado pelo governo federal.

A questão do desenvolvimento fazia parte também da ideologia que norteava as políticas públicas brasileiras de então. No ano de 1941, o presidente Getúlio Vargas propunha a expansão demográfica e econômica na Amazônia, no sentido de garantir a soberania nacional naquele território quase inabitado, e torná-lo um pólo produtor de riquezas para o país. A incorporação da Amazônia estava atrelada ao processo de construção do estado nacional, enquanto instância responsável por promover a modernização do Brasil (Magalhães e Maio, 2007, p. 173-174).

Nos anos que se seguiram à apresentação da proposta de criação do IIHA, foram realizadas diversas conferências entre os países que integrariam o Instituto Internacional com o propósito de estabelecer os objetivos, funções, quadro administrativo, entre outros pontos relativos à implantação e funcionamento do Instituto. Estas conferências (Belém, 1947; México, 1947; Iquitos, 1948; Manaus, 1948) expressaram posicionamentos distintos sobre o projeto IIHA. Enquanto o intuito da direção da Unesco estava centrado na transformação da Amazônia numa estação de pesquisa internacional, num “espaço universal da ciência”, a política brasileira e dos demais países-membros do futuro Instituto tinham a intenção de fazer do IIHA um meio de resolução dos problemas imediatos da região, como o sub-aproveitamento dos recursos naturais, a carência de serviços de educação e saúde, e as limitações econômicas decorrentes das atividades extrativistas. Os diferentes posicionamentos tornam claro o fato de que não eram coincidentes as idéias de desenvolvimento que giravam em torno da criação do IIHA (Maio e Sá, 2000, p. 993).

O projeto do IIHA era pensado por cientistas, intelectuais e políticos brasileiros como uma importante proposta de produção de conhecimento científico rumo ao desenvolvimento do país com apoio internacional. Contudo, alguns setores das forças armadas e políticos nacionalistas, a exemplo de Arthur Bernardes, consideravam que em nome de benefícios científicos e humanitários, o IIHA encobriria, na verdade, interesses imperialistas correntes à época, sob a orientação de organizações internacionais, como seria o caso da Unesco (Magalhães e Maio, 2007, p. 170). Os debates no Brasil a partir destes dois pontos de vista, em que o projeto do IIHA era tomado ora

como cooperação técnica e científica, ora como expressão de supostas vantagens geopolíticas, refletiam diferentes matizes do ideário do desenvolvimento (Maio e Sá, 2000, p. 992-997).

Amplamente discutido no parlamento brasileiro, o projeto do IIHA não chegou a se concretizar. Em face das controvérsias em torno do programa amazônico da Unesco, em 1949 a Conferência Geral da Unesco decidiu limitar a atuação da organização internacional à cooperação técnica. Em 1951, o projeto veio a ser engavetado pelo Congresso Nacional. A proposta da Unesco emergiu numa conjuntura em que o governo varguista tinha uma perspectiva de desenvolvimento econômico autóctone em relação à Amazônia (Magalhães e Maio, 2007, p. 183)

Não obstante o projeto do IIHA não ter sido implantado, pesquisas realizadas sob os auspícios da Unesco naquele contexto trouxeram contribuições para o entendimento do universo amazônico. O estudo antropológico de Charles Wagley, “*Uma comunidade amazônica*”, é um bom exemplo. Ele traz uma interpretação da realidade social da região influenciada pela idéia de desenvolvimento.

A ANTROPOLOGIA NO PROJETO DO IIHA

A experiência do antropólogo norte-americano Charles Wagley em assuntos brasileiros data do final da década de 1930, quando realizou estudos sobre os índios Tapirapé (1939) e Tenetehara (1941). Wagley considerava o Brasil “um dos mais interessantes laboratórios de pesquisa para a antropologia social” (Wagley, 1957, p. 9). Desde então, sua trajetória profissional o aproximou ainda mais da realidade brasileira. Em 1942, os governos brasileiro e norte-americano assinaram os Acordos de Washington e criaram o Serviço Especial de Saúde Pública (SESP) – um esforço de cooperação entre os dois países em razão da Segunda Guerra Mundial. O Brasil emergia como uma região estratégica, especialmente para a produção de matérias-primas para a indústria bélica, como foi o caso da Amazônia com a exploração de borracha. Os Acordos firmaram convênios de assistência técnica e financeira nas áreas da saúde e da educação. Wagley foi o primeiro Diretor da Divisão de Educação Sanitária do SESP, e além de ter exercido também cargos de direção no Programa de Migração, foi membro do escritório regional do SESP na Amazônia, assistente do Superintendente do SESP, entre outros (Campos, 2006).

No campo intelectual, a década de 1940 representou um período em que se intensificaram as pesquisas sócio-antropológicas em comunidades rurais

brasileiras. Muitas delas foram consideradas por especialistas como Estudos de Comunidade, por seguirem padrões teórico-metodológicos que eram então julgados eficazes na investigação de sociedades em transformação, na decodificação do processo de mudança social. Tais investigações eram fruto do processo de institucionalização das ciências sociais no país, e tiveram a influência das ciências sociais norte-americanas. Nos Estados Unidos havia se consolidado uma perspectiva sociológica atenta aos processos de mudança social que via na investigação dos fatos sociais uma possibilidade de intervenção e de transformação da qualidade de vida da população. As transformações sócio-econômicas por que passava o país, como o avanço da industrialização e da urbanização, ocorreram concomitantemente ao processo de institucionalização das ciências sociais (Nogueira, 1955; Guidi, 1962).

Nesta conjuntura, o conhecimento produzido pelos cientistas sociais é entendido como instrumento que forneceria os fundamentos da organização da vida moderna. As ciências sociais no Brasil puderam, então, cumprir uma agenda que se encaixava num contexto de desenvolvimento, comprometendo os cientistas com os projetos de mudança social (Bomeny, 2001). Assim, o contexto em que convergem o processo de institucionalização das ciências sociais no Brasil, políticas governamentais de intervenções voltadas para o desenvolvimento, e projeto de criação do IIHA, gera as condições para que a pesquisa de Wagley na comunidade amazônica de Gurupá se realize.

A pesquisa em Gurupá foi iniciada em 1942, antes mesmo de Wagley ingressar no corpo de funcionários do SESP. A sua chegada no Serviço, entretanto, colocou-o ainda mais em contato com esta comunidade rural. A instalação de serviços de assistência médico-sanitária na região fê-lo retornar a Gurupá em 1943 e 1945. Como vimos, em 1946 Paulo Carneiro apresentava à Unesco o projeto de criação do IIHA, prevendo também a realização de pesquisas etnográficas pelo futuro Instituto. Dois anos mais tarde, já sendo um cientista social com reconhecida experiência sobre a Amazônia, Wagley deu continuidade à sua pesquisa, que vinha ao encontro dos interesses suscitados pelo projeto do IIHA. A Unesco financiou a pesquisa em Gurupá, dando o apoio material e intelectual necessário ao trabalho, especialmente na figura de Alfred Métraux. Este antropólogo, em 1946, havia se tornado membro do *Department of Social Affairs* da ONU e, no ano seguinte, consultor do projeto IIHA de pesquisa da Unesco para a preservação da Hiléia Amazônica (Maio, 1997, p. 60). O contato com Métraux foi um elo importante entre a Unesco e o trabalho de pesquisa etnográfica que Wagley fazia na Amazônia.

O material de pesquisa que gerou *Uma Comunidade Amazônica* foi colhido em 1948, já sob patrocínio da Unesco, e publicado pela primeira vez em 1953, pela Universidade de Columbia. Wagley contou com a colaboração de sua esposa, Cecília Roxo Wagley, do antropólogo Eduardo Galvão, seu aluno de estudos pós-graduados, e sua esposa, Clara Galvão. “Itá” (nome fictício dado pelo autor a Gurupá), a comunidade estudada, ficava ao sul do estado do Pará e sobrevivia basicamente da agricultura de subsistência e da extração da borracha. Uma vida “primitiva e estagnada”, numa região “retrógrada” e subdesenvolvida, conforme Wagley. As condições de vida em Gurupá eram, segundo o autor, representativas da realidade da maior parte das comunidades rurais do Brasil, como também de outras regiões “economicamente marginais” em diversas partes do globo (Wagley, 1957, p. 18).

A investigação está centrada na identificação das principais características da vida humana naquela região: as técnicas utilizadas para a sobrevivência naquele ambiente (atividades agrícolas e extrativas, caça e pesca, manufatura, alimentação, moradia, etc.), estrutura das classes sociais, composição étnica da população, relações de parentesco e compadrio, comportamento social, lazer e festas rurais, crenças e demais elementos do imaginário popular, entre outros aspectos relacionados à cultura local. Atrelados a estas questões, Wagley também identificou os principais problemas que o ambiente tropical impunha ao homem na região amazônica, como as intempéries climáticas e a pulverização da população num território dominado pelos igarapés. Além da coleta de dados por meio da observação em campo, o autor utilizou recursos como entrevistas, formulários temáticos, e recorreu aos dados estatísticos disponíveis para descrever a comunidade e compor sua análise. O objetivo da pesquisa era conhecer o modo de vida do homem da Amazônia, de forma que tal conhecimento indicasse que aspectos deveriam ser modificados para melhorar as condições de vida da população. Assim, as reações contrárias às intervenções seriam previstas, permitindo adequá-las previamente ao contexto local e torná-las efetivas (idem, p. 39).

As dificuldades impostas pela natureza eram consideradas os principais empecilhos ao desenvolvimento da região, visão há muito consolidada através dos relatos de desbravadores e de expedições científicas de séculos anteriores. Com *Uma Comunidade Amazônica*, Wagley se contrapõe a tal visão: ainda que o ambiente amazônico não seja favorável ao estabelecimento humano, não é o obstáculo primordial ao desenvolvimento. Wagley considera a cultura tradicional e o sistema social – os “fatores humanos” a principal barreira ao desenvolvimento da região, pois estes são os fatores relacionados ao conheci-

mento e à técnica que torna o homem capaz de adaptar-se às mais diversas e adversas condições de seu habitat (idem, p. 37-38).

Esta análise de Wagley levanta duas questões importantes: a primeira diz respeito ao fato de ser elaborada a partir de um estudo etnográfico, atento à influência da dimensão cultural no padrão de vida da população, num contexto em que novos elementos econômicos, técnicos e culturais estavam sendo introduzidos na comunidade. O olhar do cientista social sobre Gurupá é capaz de perceber as inter-relações entre os mais diferentes aspectos da vida comunitária e identificar que quaisquer mudanças num desses aspectos têm consequências sobre os demais. Esta forma de interpretar a realidade sócio-cultural, tomada como uma unidade formada por vários elementos, leva Wagley a afirmar que são os fatores humanos, e não a natureza, que constituem obstáculos ao desenvolvimento. Logo, seriam necessárias intervenções que integrassem fatores econômicos (ligados ao desenvolvimento produtivo, comercial) e fatores sociais (ligados às melhorias nas condições de vida da comunidade). Sob este prisma, Wagley considera primordiais os investimentos em educação, porque ampliariam o conhecimento e a capacidade técnica de manuseio da terra e de adaptação ao meio. Na perspectiva de Wagley, o desenvolvimento era inexorável.

A segunda questão relevante no que concerne à análise de Wagley reside na própria trajetória profissional do autor: além do olhar antropológico, a sua experiência enquanto funcionário do SESP lhe confere a capacidade de olhar a comunidade pelo viés administrativo. Como acima referido, quando a pesquisa em Gurupá é realizada, em 1948, Wagley já tinha estabelecido contato com a realidade amazônica e havia passado pelo corpo administrativo do SESP. Pela visada antropológica, ele construiu uma análise levando em consideração o impacto das intervenções na vida da comunidade; pelo viés administrativo, percebia a necessidade de transformações profundas em setores como agricultura, comércio, saúde, indústria manufatureira, entre outros. A junção das duas perspectivas foi traduzida na forma indicada por Wagley de orientar e controlar a mudança: conhecer a realidade sócio-cultural; prever possíveis reações contrárias; e adaptar as transformações necessárias às possibilidades de assimilação da população.

Com o estudo de Gurupá, Wagley concluiu também que a melhoria das condições econômicas e sociais da região só seria possível mediante a cooperação de diversos especialistas, nas mais variadas áreas de conhecimento, como engenheiros, agrônomos, profissionais de educação e saúde, cientistas sociais (idem, p. 347-350). A idéia de cooperação era uma questão nevrálgica ao pro-

jeto de criação do IIHA, que propunha a cooperação científica em termos internacionais. A contribuição dos cientistas sociais às ações de desenvolvimento regional estaria vinculada ao conhecimento dos fatores sócio-culturais que dificultavam o desenvolvimento da Amazônia. O papel do antropólogo seria fornecer subsídios que permitissem o controle do processo de mudança social que as intervenções – como a introdução de novas técnicas agrícolas ou o aumento do contato com os centros urbanos através da construção de rodovias – traziam às populações.

Wagley verificou, por meio de seu estudo em Gurupá, que no final da década de 1940, as condições de vida das comunidades rurais estavam se modificando, em decorrência de projetos de desenvolvimento (não só no campo da economia), a exemplo das atividades sanitárias implantadas pelo SESP. A introdução de novas técnicas de agricultura começava a tomar o lugar da agricultura de subsistência; conseqüentemente, os hábitos alimentares da população eram afetados; o aumento do comércio modificou as relações econômicas, agregando a lógica do mercado e do crédito; as novas relações econômicas alteraram os parâmetros de distinção de classes sociais da população. Todas essas transformações no meio rural brasileiro, de que a vida em Gurupá era representativa, tornava latente o processo de mudança social – tema caro às ciências sociais brasileiras. A pesquisa pretendia demonstrar que o sucesso das intervenções estava integrado ao conhecimento da realidade sócio-cultural das comunidades-alvo dos programas. Em relação à Amazônia brasileira, estas intervenções deveriam contemplar ações conjuntas voltadas para a educação e a economia.

Esse processo de mudança, em sintonia com uma conjuntura de desenvolvimento, era visto como benéfico e inevitável por Wagley. A Amazônia estava fadada à incorporação ao mundo moderno. A solução indicada para o problema era o planejamento das intervenções, de forma a controlar as mudanças de tal maneira que elas se tornassem eficazes e permanentes:

“O conhecimento do modo de vida do homem na Amazônia fornecerá os indícios do que deverá ser modificado para que possam ser melhorados os padrões de vida. Esse conhecimento nos permitirá prever algumas das reações que não poderão deixar de provocar a introdução de novos elementos na cultura amazônica. O ideal que consiste em ‘fazer com que os benefícios oriundos de nossas conquistas científicas e de nosso progresso industrial concorram para o progresso e o crescimento das áreas subdesenvolvidas’ requer uma reforma cultural” (Wagley, 1957, p. 39).

As palavras de Wagley ratificam, nesse sentido, a idéia de que os cientistas – inclusive os cientistas sociais – tinham uma contribuição a dar na condução do mundo subdesenvolvido à modernidade. Os “benefícios oriundos de nossas conquistas científicas” estavam voltados também para a Amazônia, enquanto área com desenvolvimento em potencial que representaria um benefício para o Brasil e para o mundo.

A segunda edição de *Uma Comunidade Amazônica* em português, publicada em 1977 pela Editora Nacional, traz um prefácio do autor com uma avaliação posterior do seu trabalho e da situação da Amazônia naquele contexto. O primeiro ponto levantado por Wagley diz respeito às ações governamentais voltadas para a região. Neste período, os esforços pela “conquista da Amazônia” se traduziam na construção de rodovias, ligando-a ao resto do País. A Transamazônica se tornava o emblema da superação dos obstáculos que impediam o progresso de se estabelecer na região.

Wagley afirma que a comunidade de Gurupá havia se modificado bastante desde a sua pesquisa realizada no final dos anos 1940. A existência de escolas, agências federais e estaduais, a circulação de automóveis, a luz elétrica, atestavam essas mudanças. No entanto, o autor lamenta o fato de que estas transformações não concorreram para um desenvolvimento efetivo da comunidade. As condições de vida continuavam precárias, ainda presas às incertezas de uma economia basicamente extrativa. As intervenções haviam sido feitas. No entanto, o sistema sócio-econômico tradicional não havia sido superado. As atividades de exploração dos recursos naturais, como a extração do látex e da madeira, permaneciam sendo realizadas num regime de trabalho que não dava condições aos trabalhadores de melhorar seus padrões de vida, tampouco possibilitava o crescimento e diversificação da economia da comunidade (Wagley, 1977).

Na perspectiva de Wagley, o governo brasileiro buscou o desenvolvimento da região amazônica sem estar atento aos principais aspectos que concorrem para o sucesso de suas intervenções. Era importante construir rodovias que a integrassem ao resto do país, mas era indispensável o investimento no “efetivo humano científico” (idem, p. 17), entendido como investimentos em educação e pesquisas científicas na região. Até a década de 1970, a Amazônia não tinha superado o modelo de economia extrativa, tampouco havia deixado de ser uma área produtora de matérias primas para as indústrias concentradas na região sudeste do país. A região ainda enfrentava o desafio de se tornar um pólo integrado à economia nacional.

A avaliação de Wagley sobre a situação da Amazônia ratificava a necessidade de pesquisas científicas nos diversos campos do conhecimento, mos-

trando, por um lado, que as demandas de cooperação na produção de conhecimento científico presentes no projeto IIHA ainda eram pertinentes à época. Por outro lado, no que concerne à sua avaliação como antropólogo, Wagley mostra que faltava o conhecimento aprofundado da formação social e cultural da Amazônia. Era necessário não apenas uma nova economia, mas uma sociedade que pudesse interagir com o sistema econômico vigente nos países desenvolvidos. Este era o caminho apontado para que a Amazônia fosse inserida positivamente no cenário nacional e internacional. Wagley estava em sintonia com a chamada antropologia do desenvolvimento, que grassou no campo das ciências sociais ao longo dos anos 1950.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O exame dos debates em torno da região amazônica, que perpassaram as décadas de 1940 e 1950, mostra a longevidade e a relevância dessas questões. Ainda que o projeto de criação do IIHA tenha sido abandonado, as disputas pela região continuam: seja entre governos, organizações não-governamentais de proteção à natureza, indústrias farmacêuticas, Ministérios de Meio Ambiente, Minas e Energia, Economia, Reforma Agrária, e várias outras entidades. A internacionalização da Amazônia, o “pulmão do mundo” ainda encontra apelo no cenário nacional e internacional, e continua gerando controvérsias.

Ainda que a conjuntura atual seja diferente da que o projeto do IIHA foi discutido e a pesquisa de Wagley realizada, a busca pelo desenvolvimento continua fazendo parte da agenda política e econômica brasileira e de outros países já desenvolvidos ou em desenvolvimento. Enquanto o IIHA apontava a importância da exploração das riquezas naturais e humanas da região, Wagley complementava indicando um dos caminhos possíveis de incorporação da Amazônia ao mundo moderno, tendo a educação e as intervenções econômicas que levassem à superação do sistema sócio-econômico de exploração extrativista, como carro-chefe da mudança social.

Na atualidade, esse debate se dá pelo viés da sustentabilidade: o desenvolvimento é benéfico, desejado, mas traz consigo tensões em relação às mudanças do ecossistema amazônico. Organizações governamentais e não-governamentais têm buscado alternativas à exploração irregular das riquezas naturais da região. O desafio se coloca no sentido de levar o mundo moderno à Amazônia – implantar economia de mercado, levar avanços tecnológicos, como também torná-la uma área que contribua para a solução de problemas que afetam não apenas o Brasil, mas o planeta. A situação atual da

Amazônia, embora diversa da que Wagley encontrou nas décadas de 1940 ou 1970, ainda aponta para a necessidade de investimentos em educação e pesquisas científicas, tanto para ordenar as mudanças que ainda são necessárias, quanto para garantir que a região não seja destruída no trajeto rumo ao desenvolvimento. Este é o consenso que se tem procurado construir ao longo das últimas décadas. A reflexão sobre a Amazônia, à luz de uma investigação sócio-antropológica realizada no bojo da criação do IHA, traz à tona aspectos que podem contribuir para a solução dos impasses que se apresentam nos dias de hoje. E assim como no período destacado, a comunidade científica é chamada a pensar os caminhos rumo ao desenvolvimento.

Marcos Chor Maio | Sociólogo, Pesquisador, Professor do Programa de Pós-graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz/Fundação Oswaldo Cruz.

Nemuel da Silva Oliveira | Historiador, Mestrando do Programa de Pós-graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz/Fundação Oswaldo Cruz.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOMENY, Helena. *Darcy Ribeiro: sociologia de um indisciplinado*. Belo Horizonte, Ed. UFMG, 2001.
- CAMPOS, André Luiz V. de. *Políticas internacionais de saúde na era Vargas: o Serviço Especial de Saúde Pública, 1942-1960*. Rio de Janeiro, Editora Fiocruz, 2006.
- ESCOBAR, Arturo. *La invención del Tercer Mundo – Construcción y deconstrucción del desarrollo*. OCHOA, Diana (trad.). Santa Fe de Bogotá, Editorial Norma, 1996.
- GUIDI, Maria Laís M. “Elementos de análise dos ‘Estudos de Comunidades’ realizados no Brasil e publicados de 1948 a 1960”. *Educação e Ciências Sociais*, vol. 10, no. 19, jan. 1962.
- MAGALHÃES, Rodrigo Cesar da Silva; MAIO, Marcos Chor. Desenvolvimento, ciência e política: o debate sobre a criação do Instituto Internacional da Hiléia Amazônica. *História, Ciências, Saúde*. Rio de Janeiro, v. 14 (Suplemento). Dez. 2007. http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702007000500008&lng=en&nrm=iso
- MAIO, Marcos Chor. *A história do projeto Unesco: estudos raciais e ciências sociais no Brasil*. Rio de Janeiro, IUPERJ, 1997.
- MAIO, M. C. (Org.). *Ciência, Política e Relações Internacionais: ensaios sobre Paulo Carneiro*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/Unesco, 2004.
- MAIO, Marcos Chor; SÁ, Magali Romero de. “Ciência na periferia: a Unesco, a proposta de criação do Instituto Internacional da Hiléia Amazônica e as origens do Inpa”. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*. Rio de Janeiro, vol. VI (Suplemento). Set. 2000. http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702000000500011&lng=en&nrm=iso
- NOGUEIRA, Oracy. “Os Estudos de Comunidades no Brasil”. *Revista de Antropologia*, vol.3, n° 2, 1955.
- WAGLEY, Charles. *Uma comunidade Amazônica*, São Paulo, Nacional, 1957.
- _____. “Prefácio à segunda edição brasileira”. *Uma comunidade Amazônica*, São Paulo, Nacional, 1977.